

ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA URBANA SOB A PERSPECTIVA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM VIDEIRA, SC

ANALYSIS OF THE QUALITY OF URBAN LIFE FROM THE PERSPECTIVE OF PUBLIC LEISURE SPACES IN VIDEIRA, SC

 Inara Pagnussat Camara¹

 Rafaela Hubler Secco²

 Gustavo Fernandes³

 Juliana Aparecida Biasi⁴

1 Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal,
inara@edu.ulisboa.pt

2 Universidade do Oeste de Santa Catarina,
Videira, SC, Brasil, rafaela-
secco@hotmail.com

3 Universidade do Oeste de Santa
Catarina, Videira, SC, Brasil,
guustavodbf@outlook.com

4 Universidade do Oeste de Santa
Catarina, Videira, SC,
juliana.biasi@unoesc.edu.br

Contribuição dos autores:

IPC: conceituação, análise formal, investigação, metodologia, administração de projetos, supervisão, validação, visualização, escrita - revisão e edição.

RHS: conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, visualização, escrita - rascunho original. **GF:** conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, visualização, escrita - rascunho original. **JAB:** conceituação, curadoria de dados e escrita - revisão e edição.

Fomento: Não houve fomento,

Declaração de conflito: nada foi declarado.

Editor Responsável:

Sidney Piochi Bernardini 

Resumo

Este trabalho analisa a qualidade de vida urbana na cidade de Videira, SC, através de um estudo realizado nos espaços públicos, destinados ao lazer. Primeiramente são classificados os sítios de lazer conforme as tipologias encontradas no município (parque, praça e largo) e investiga, baseado na evolução da cidade, a qualidade destes espaços, juntamente com sua infraestrutura, mobiliário urbano, estado de conservação e manutenção e a distribuição espacial relacionado a densidade populacional. Buscamos ainda, investigar em que medida os espaços de lazer desempenham função de qualidade ambiental e urbana, enquanto elementos do desenho urbano necessários as cidades contemporâneas. A qualidade de vida urbana pode ser percebida em níveis qualitativos e quantitativos, porém isto não é suficiente para quantificá-los pois precisamos compreender de que maneira estes espaços são distribuídos de maneira igualitária na malha urbana e atendem de maneira justa e democrática toda a população. Percebemos através das análises realizadas que os espaços são distribuídos de maneira desigual e necessitam de uma atenção mais holística no processo de planejamento urbano possibilitando cidades onde a distribuição territorial do espaço público de lazer é democrática, com as mesmas oportunidades de acesso à toda população.

Palavras-chave: espaços públicos, qualidade urbana, planejamento urbano, qualidade de vida.

Abstract

This work analyzes the quality of urban life in Videira, SC, through a study carried out in public spaces intended for leisure. Firstly, the leisure sites are classified according to the types found in the city (park, square and square), and it investigates, based on the city's evolution, the quality of these spaces, along with their infrastructure, urban furniture, state of conservation and maintenance and distribution related to population density. We also seek to investigate to what extent leisure spaces play a role in environmental and urban quality as elements of urban design necessary for contemporary cities. The quality of urban life can be perceived at qualitative and quantitative levels, but this is not enough to quantify them. We need to understand how these spaces are distributed equally in the urban fabric and serve the entire population fairly and democratically. We realized through the analyzes carried out that the spaces are unequally distributed and need more holistic attention in the urban planning process, enabling cities where the territorial distribution of public leisure space is democratic, with the same access opportunities for the entire population.

Keywords: public spaces, urban quality, urban planning, life quality.

How to cite this article:

CAMARA, I. P.; SECCO, R. H.; FERNANDES, G.; BIASI, J.. A. Análise da qualidade de vida urbana sob a perspectiva dos espaços públicos de lazer em Videira, SC. **PARC Pesq. em Arquit. e Constr.**, Campinas, SP, v. 13, p. e022004, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/parc.v13i00.8662772>



Introdução

Nos últimos cem anos o mundo passou por transformações profundas devido a causas antrópicas, afetando as cidades direta ou indiretamente. A transformação que os assentamentos humanos provocam no meio ambiente têm sido alvo de estudos desde a década de 1990, no sentido de entender os seus processos e de procurar soluções que melhorem a qualidade de vida das pessoas e o desenho urbano das cidades. Além disso, a globalização afetou o modo de vida das pessoas e sua relação com a cidade têm suportado profundas transformações, onde os espaços públicos e um ambiente urbano agradável fazem parte das mudanças paradigmáticas das cidades do século XXI.

Esse contexto urbano de transformação, possui uma dinâmica que tem como atores sociais o Estado, o mercado e a sociedade civil, que embasados em suas diferentes competências e áreas de influência, buscam defender seus próprios interesses e objetivos. Embora as cidades sejam o combustível do crescimento econômico e responsáveis por 80% do PIB mundial, consomem cerca de 75% da energia primária global e são responsáveis por 70% das emissões de gases de efeito estufa com efeitos ambientais alarmantes (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007; CAMARA; MOSCARELLI, 2019).

A mudança climática é um dos principais fatores de alerta, causando implicações ambientais, econômicas, políticas e sociais em grande escala. Segundo relatório do *Intergovernmental Panel on Climate Change* - (IPCC, 2019) a temperatura do solo aumentou 1,53°C entre os períodos de 1850 a 1900 para 2006 a 2015, sendo 75% a mais do que a média global - que inclui mudanças de temperatura tanto nos oceanos quanto na terra. Esse aumento gradativo na temperatura é percebido nos impactos noticiados diariamente, como incêndios florestais, mudanças nos índices pluviométricos e nas ondas de calor, formando grandes ilhas de calor urbanas - ICL.

Isso se deve principalmente pelo uso inadequado do solo, pela geometria urbana, poluição do ar, emissão de calor a partir dos edifícios e tráfego de veículos, cobertura do solo e materiais de construção utilizados. Esse processo ocorre em praticamente todas as cidades e é um resultado de modificações na proteção do solo, devido ao desenvolvimento urbano desordenado e práticas antrópicas inapropriadas (ALCOFORADO et al., 2005).

Este cenário evidencia a necessidade de criar alternativas que diminuam o efeito de calor nas cidades e proporcionem o melhoramento da qualidade ambiental, a fim de se obter um equilíbrio que contemple as questões ambientais e econômicas. A questão ambiental se intensifica e ganha cada vez mais importância na dimensão que as cidades se ampliam e se apropriam excessivamente dos recursos naturais existentes. O ambiente urbano é constituído pelo sistema natural (parte física e biológica) e pelo sistema antrópico (constituído pela sociedade e suas atividades). Porém, essa inter-relação não funciona como um sistema fechado, pois sempre depende de recursos do meio ambiente (LIMA; AMORIM, 2006).

Os espaços públicos abertos, com predominância verde e destinados ao lazer trazem inúmeros benefícios para a melhoria da habitabilidade além de permitir práticas sociais, atividades de lazer e recreação, manifestações da vida comunitária favorecendo o convívio humano. Além disso, a presença de áreas com predomínio natural (água e massa verde) favorecem psicologicamente o bem-estar do indivíduo, influenciam no microclima urbano amenizando os efeitos e impactos dos gases estufa, o aumento da umidade relativa do ar e a absorção de poluentes (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007; CAMARA; MOSCARELLI, 2019).

Estes espaços devem ser pensados e projetados com quantidade adequada (PUPPI, 1981), combinados com a ordenação de um sistema, de modo que a população possa desfrutar dos espaços abertos de maneira equitativa (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007) e com mais ou menos a mesma facilidade de locomoção e acesso.

Precisamos evitar, nos processos de planejamento urbano, que os locais públicos de uso comunitário sejam apenas espaços para circulação de pedestres ou veículos (ROLNIK, 1998), pois é justamente a parcela mais pobre da população que necessita locais de qualidade para o lazer e vida social, cujas possibilidades não permitem o acesso a espaços e equipamentos de uso comunitário privados.

O objetivo deste trabalho é propor a discussão da qualidade de vida urbana para a realidade de Videira, Santa Catarina, mediante a análise das áreas públicas de lazer, convidando o leitor a refletir sobre o planejamento urbano em cidades interioranas e investigando em que medida os espaços públicos, com destinação ao lazer, podem desempenhar funções de qualificação ambiental e urbanística da cidade enquanto elementos de desenho e planejamento do espaço urbanizado.

Caracterização da área de estudo

Videira situa-se no Meio Oeste do estado de Santa Catarina, estando à 450km da capital, Florianópolis. A cidade possui cerca de 53.610 mil habitantes distribuídos em uma área de aproximadamente 385 km², tendo sua topografia acidentada e situada à 750 m acima do nível do mar. Apresenta assim, um clima úmido do tipo temperado, com temperatura média anual de 17°C (IBGE, 2020; CLIMATE-DATE.ORG, 2020).

A cidade é um grande polo da agroindústria e vitivinicultura, configurando-se como Capital Catarinense da Uva. Outro setor de suma importância para a economia, é a fruticultura de pêssego e ameixas, o que atribui ao município o status de maior produtor do estado. A pecuária é evidenciada na criação de suínos, aves e bovinocultura de leite. O setor comercial e industrial possui forte destaque com a presença de cantinas de vinho, indústrias de sucos e a Empresa Perdigão (VIDEIRA, 2020).

A empresa Perdigão foi fundada na cidade em 1934, por Saul Brandalise. Tornou-se uma das maiores companhias de alimento da América Latina, nos segmentos de industrializados como: linguiça, salsicha, presuntos, mortadela e congelados de carne (COSTA, 2005), contribuindo com a geração de empregos não somente para a própria cidade, mas também para a região circundante

Historicamente, o início da urbanização da cidade se deve muito às migrações alemã e italiana, as quais desembarcaram primeiramente no do Rio Grande do Sul, resultado da construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, iniciada na região em 1910. Essa construção se deu sob a concessão da empresa americana *Brazilian Railway Company* e sua principal meta era a construção do trecho entre Itararé - divisa entre São Paulo e Paraná - e Marcelino Ramos - divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ABATI, 2001), e a qual recebeu como “doação” do Governo Brasileiro, pela construção da estrada, a posse de 15 quilômetros de terras margeando a ferrovia. A companhia *Brazil Railway Company* foi criada em 1906, por Percival Farquha, assumindo assim, uma grande parcela das concessões de ferrovias brasileiras (CORRÊA, 2019).

Embora Videira tenha fortes indícios da colonização europeia, a região era habitada por nativos, conhecidos como caboclos, que viviam de pequenas propriedades e sem escrituras de suas terras. O território foi inicialmente contestado entre Brasil e Argentina e posteriormente disputado entre os estados de Santa Catarina e Paraná, sendo palco de uma das maiores guerras caboclas da história do Brasil: a Guerra do

Contestado (1912-1916). A posse das terras pelos madeireiros e pela empresa americana foi feita de maneira sangrenta, levando os caboclos a lutarem por seu chão. Essa Guerra, matou aproximadamente 30 mil pessoas e durou aproximadamente 4 anos.

Após a conclusão da ferrovia, a intenção da Companhia era desbravar e colonizar o entorno. Porém, a Guerra do Contestado interrompeu parcialmente o plano, retornando efetivamente somente entre os anos de 1917 e 1918, no pós-guerra. Após o final da Guerra e com grande incentivo do Governo Brasileiro para a atração de colonizadores para habitar este território, Videira recebeu um segundo grupo de imigrantes, vindos do Rio Grande do Sul e da Europa. Apesar das propagandas de prospecção de imigrantes serem feitas em vários idiomas, o predomínio era o alemão e italiano, atraindo mais forasteiros destes países (ZAGO, 2007).

Inicialmente, a cidade se chamava Rio das Pedras, quando se desenvolveram as primeiras famílias de imigrantes. No ano de 1934 foi construída a ponte que ligou o “lado italiano” com o “lado alemão”, chamados respectivamente de Perdizes e Vitória. Essa ponte inaugurada no ano posterior, instituiu a união entre as duas vilas, passando a ter objetivos e normas em comum (VIDEIRA, 2020).

Em 1943 o Município de Videira foi criado, com território de três outros: Campos Novos, Joaçaba e Caçador e no ano de 1953 alcançou autonomia judiciária tornando-se sede da comarca, ficando assim independente de Caçador, da qual pertencia (VIDEIRA, 2020). Até os dias atuais, a cidade passou por diversas mudanças territoriais devido às anexações ou desmembramentos de distritos. Podemos citar a remoção dos distritos de Tangará e Marará, em 1948, de Arroio Trinta e Salto Veloso, em 1961, de Pinheiro Preto, em 1962, e por último o de Iomerê e Bom Sucesso, em 1995, resultando na configuração populacional e desenho urbano atuais.

Métodos de pesquisa

O estudo foi realizado na cidade de Videira - SC, tendo como instrumento de análise a população urbana – com evolução dos últimos 30 anos (1990-2020, Tabela 01), os espaços públicos de lazer e as áreas verdes existente. Inicialmente, foi feita uma pesquisa junto ao cadastro da Prefeitura Municipal para levantamento das áreas consideradas de lazer e posteriormente foram realizados levantamentos *in loco*. Os levantamentos e visitas foram necessários, pois o cadastro municipal é extremamente deficitário e não possui muitas áreas catalogadas em seu sistema. Em vista disso, consideramos todas as áreas de lazer com academias ao ar livre, presença de arborização e vegetação diversa, *playgrounds* e similares, para o levantamento apresentado na sequência desta pesquisa.

Tabela 1 – População Urbana de Videira entre 1990 e 2020

Ano	Pop. Total (hab.)	Pop. Urbana (hab.)	Pop. Urb. (%)
1990	33.499	25.560	79.29
2000	41.589	25.787	86.05
2010	47.188	42.856	90.82
2020	53.610	-	-

Fonte: os autores sobre base de dados IBGE (2020)

Este levantamento de campo gerou um registro atualizado dessas áreas, com fichas cadastrais contendo aspectos quantitativos e qualitativos em relação à infraestrutura, equipamentos e mobiliário urbano, além de registro fotográfico. Os sistemas de espaços livres foram classificados conforme a tipologia: parque, praça ou largo. Essa classificação foi resultado de um compêndio de conceitos, revisado por vários autores

(OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007; CORONA; LEMOS, 1998; DREW, 1993; FERREIRA, 2003; KLIASS, 1993; MACEDO; SAKATA, 2002; ROBBA; MACEDO, 2003; ROMERO, 2001).

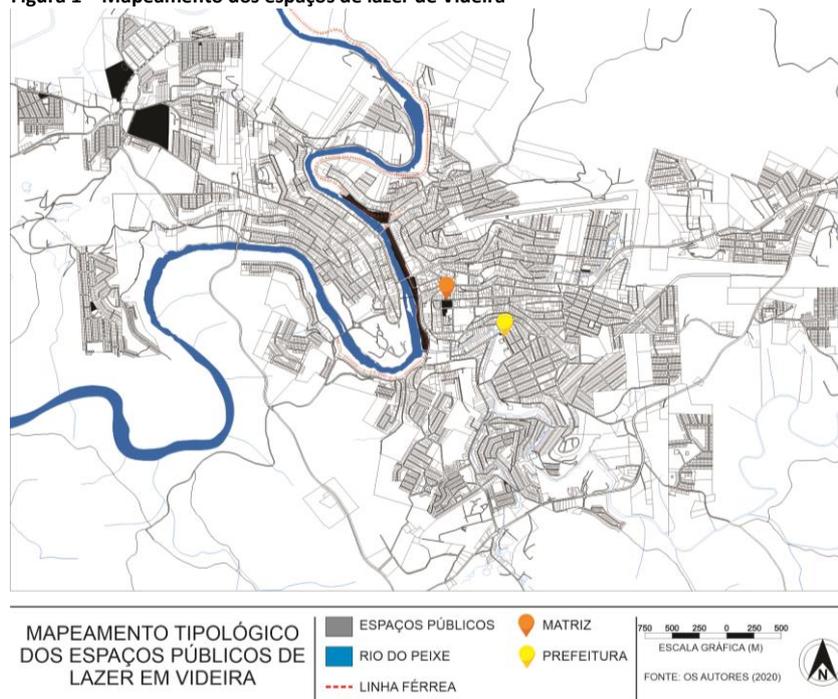
De acordo com o critério de Oliveira e Mascaró (2007, p. 61) a “praça é um espaço aberto público, cercado de ruas por todos os lados, concebido como espaço intencional de encontros sociais e atividades de lazer”. Lamas (1993, p. 100-101) define praça como sendo um “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas”.

Para o autor, largo é um “espaço acidental, vazio ou alargamento da estrutura urbana e que, com o tempo foi apropriado e usado”. Há também a definição de largo como canteiro central, o qual possui equipamentos de lazer, mas não pode ser considerado “praça porque ele tem primazia perante os objetos de trânsito” (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007).

Já o parque, se diferencia da praça em dois pontos: na dimensão e na referência à natureza. Enquanto o parque tem o objetivo de aproximar o homem da paisagem natural, a praça tem prioridade para função social, de encontro ou acontecimentos sociais, onde o verde pode ou não estar presente. Também podem ser definidos como espaços de acesso público, com atribuição recreativa, em uma escala maior que uma quadra urbana básica. Pode conter edificações, com função cultural, administrativa e recreativa (CARNEIRO; MESQUITA, 2000).

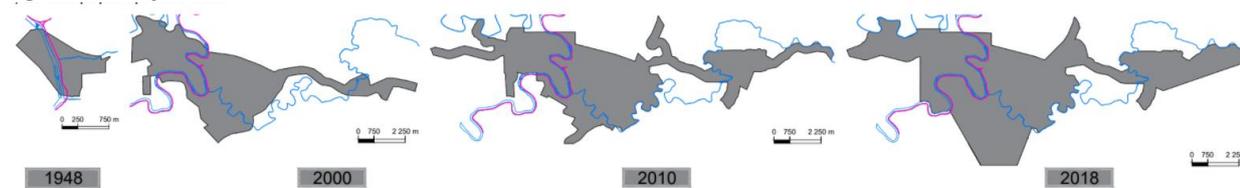
A partir destas definições foi feito um mapeamento tipológico que possibilitou uma análise aprofundada sobre a distribuição espacial dos espaços públicos de lazer em Videira, conforme sua tipologia (Figura 1). Na sequência, elaboramos um mapa da evolução urbana, visando compreender a partir de que momento; os espaços públicos de nossa classificação começaram a ser estruturados e implantados junto à malha urbana (Figura 2). Este mapeamento foi desenvolvido com sobreposição de imagens do Google Earth e com imagens de satélites disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Videira.

Figura 1 – Mapeamento dos espaços de lazer de Videira



Fonte: os autores.

Figura 2 – Evolução Urbana de Videira



Fonte: os autores.

De posse do mapa em formato digital (dwg), fornecido pela Prefeitura Municipal de Videira, foram calculadas as dimensões territoriais de cada praça, parque e largo, gerando metragens quadradas mais precisas para posterior comparação com a massa populacional, resultando em um índice de espaços públicos de lazer por habitante ($m^2/hab.$) de acordo com os bairros, completando assim, o conteúdo da distribuição espacial sobre a malha urbana. Por último, foi realizada uma análise qualitativa desses espaços por meio de pesquisas, levantamentos *in loco* dos instrumentos existentes, bem como a sua conservação e manutenção.

Análise quantitativa dos espaços públicos de lazer

Videira possui hoje um índice de $4,88 m^2/habitante$ de espaços públicos de lazer após análise das 14 unidades, divididas em três categorias, sendo elas: parque, praça e canteiro. Conforme a Tabela 2, é possível compreender que o maior índice se concentra nos parques ($4,48 m^2/hab.$), o que contabiliza 91,75% dos índices. No entanto, a maior quantidade de espaços existentes são as praças (9 unidades), com um índice de $0,39 m^2/hab.$ Das 14 unidades analisadas com um total de $261.531 m^2$, cerca de aproximadamente $90.106 m^2$ ou 34,52% se concentram no Bairro Centro, o que provoca maior movimentação de pessoas, fluxo intenso de veículos em feriados e finais de semana. Podemos perceber ainda, que de acordo com o mapa de evolução urbana, o centro é a região mais antiga da cidade. Entretanto, o maior número de espaços verdes de lazer nesta região é novo, sendo inaugurado, revitalizado ou instalado a partir da década de 2010.

Tabela 2 – População Urbana de Videira entre 1990 e 2020

Classificação	N. de unidades	Área (m^2) - %	Índice ($m^2/hab.$)
Parque	04 (28,57%)	239.960 (91,75%)	4,48
Praça	09 (64,28%)	21.058 (8,05%)	0,39
Canteiro	01 (7,14%)	513 (0,20%)	0,01
Total	10 (100%)	261/531 (100%)	4,88

Fonte: Os autores sobre base de dados IBGE (2020).

Outra análise feita (Tabela 2) é que, apesar de existir uma quantidade de praças (nove) maior que a dos parques (quatro), os índices são extremamente diferentes ($0,39$ e $4,48 m^2/hab.$), sejam eles de metragem x habitante ou de área destinada ao lazer (91,75% e 8,05%). Deste modo, a área total dos parques, que ocupam cerca de 91,75% dos espaços públicos de lazer, é muito superior à área total das praças, o que, comparativamente, evidencia um subdimensionamento destas. Esta diferença de percentual se dá pela grande extensão que os parques possuem, em relação aos outros espaços.

Para verificação mais detalhada das áreas de lazer, elaborou-se a Tabela 03, que apresenta a dimensão dos espaços de estudo, de acordo com as três categorias estudadas: parque, praça e canteiro. Para isso, foram definidas quatro categorias de tamanhos ($<5.000 m^2$, entre $5.000 m^2$ e $10.000 m^2$, entre $10.000 m^2$ e $15.000 m^2$ e $>15.000 m^2$). Os tamanhos foram definidos a partir de estudos da quadra padrão de Videira, que é desenvolvido atualmente em outra pesquisa dos autores (MOSCARELLI;

CARDOSO, 2020). As quadras padrão possuem área média aproximada de 5.000m² e são irregulares em dimensão e topografia.

Tabela 3 – População Urbana de Videira entre 1990 e 2020

Tamanho	Unidade (classificação)	Área (m ²)
<5000m ²	9 (sendo 8 praças e 1 canteiro)	16.431
Entre 5.000m ² e 10.000m ²	1 praça	6.156
Entre 10.000m ² e 15.000m ²	-	-
>15.000m ²	4 praças	238.944
Total	10	261.531

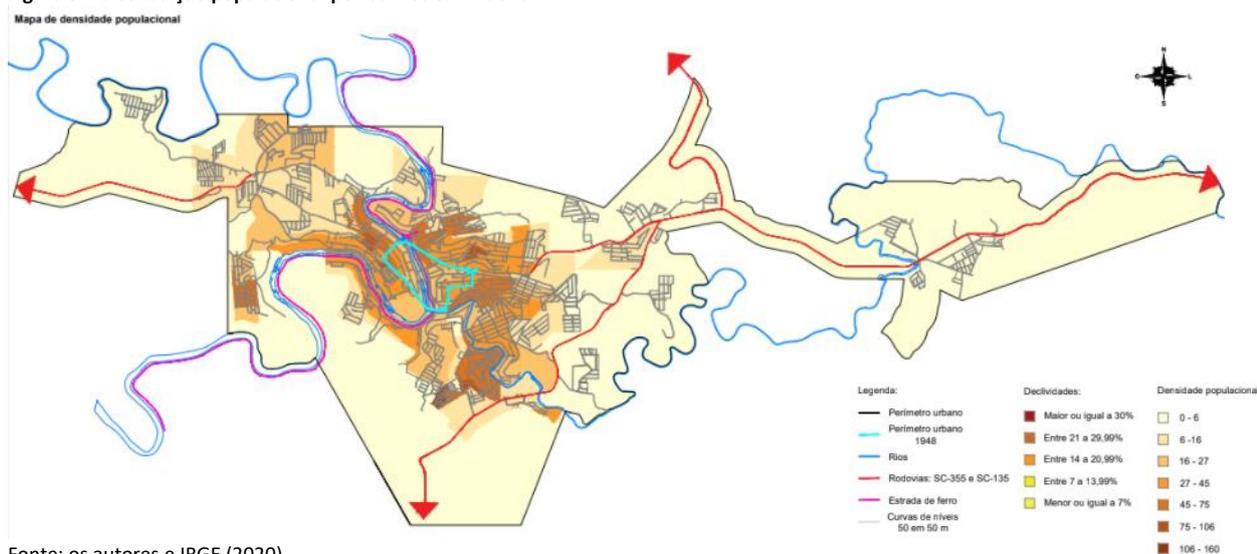
Fonte: Os autores sobre base de dados IBGE (2020).

Verificou-se que a maioria dos espaços analisados, nove no total, possui área menor que a quadra padrão da cidade que é de aproximadamente 5.000m². Destes nove, oito são praças e o outro é um canteiro. A outra praça se enquadra na segunda categoria “entre 5.000m² e 10.000m²”, contendo aproximadamente 6.156m². Já todos os parques da cidade, se enquadram na última categoria, “>15.000m²”, totalizando 238.944m², cerca de 91,36% da área total dos 14 espaços. Novamente, os parques detêm o maior percentual em metragem classificatória. Este dado não é evidente, uma vez que existem praças de diversas dimensões as quais poderiam ser superiores no somatório final.

Análise da distribuição dos espaços públicos de lazer

Videira apresenta uma distribuição espacial fora da tradicional, já que a região central e os bairros do entorno ao centro não são os mais valorizados, ficando as áreas periféricas ao centro com uma grande concentração de pessoas de maior renda. Os bairros periféricos no desenho da malha urbana abrigam as pessoas com menos condições socioeconômicas. Entretanto, estes bairros, muitas vezes, são desconectados da malha urbana, sendo notável o processo de readequação sócio funcional onde há uma descentralização e um crescimento das áreas suburbanas, sejam elas de maior ou menor poder financeiro. Este panorama é importante pois, apesar de não ser o foco deste estudo, traz a realidade local para estabelecer parâmetros de análise (Figura 3).

Figura 3 – Distribuição populacional por bairros em Videira



Fonte: os autores e IBGE (2020).

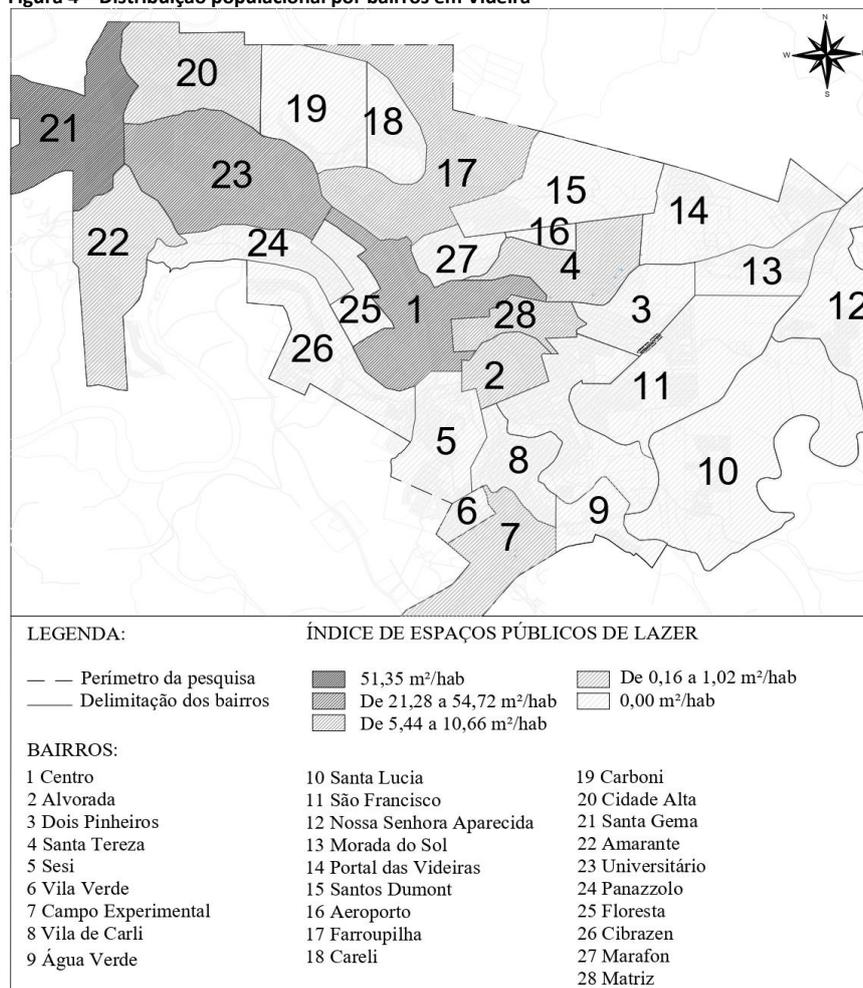
O mapa da Figura 4 mostra indicadores da quantidade de espaço público de lazer por habitante nos bairros de Videira. O território 1 (Centro) é a área mais antiga da cidade (já formado e urbanizado em meados de 1948) e apesar de não alcançar o índice mais

elevado de espaços públicos de lazer em relação à sua extensão, é o local onde a população mais frequenta. Observa-se que à medida que os bairros se afastam do centro, o índice diminui gradativamente, chegando ao índice zero em vários bairros na parte leste e sul. Este indicador é alarmante pois, bairros consolidados e com índices populacionais altos não possuem áreas destinadas ao lazer, gerando sobrecarga nos espaços livres centrais ou em determinadas áreas periféricas destinado ao lazer.

O crescimento dos empreendimentos imobiliários e a expansão dos loteamentos neste núcleo central com a finalidade de comercializar o máximo de terrenos, reduz a quantidade de áreas públicas. Embora existam leis que determinem que, em novos loteamentos sejam destinados até 35% de áreas para o lazer, em Videira, devido à presença significativa de corpos hídricos e à topografia acidentada, estas áreas foram, durante muitos anos, as menos habitáveis e urbanizáveis. Os loteamentos dividiam as melhores áreas para lotes vendáveis e destinavam áreas com declividades superiores a 30% ou com a presença de córregos, nascentes e afins para as áreas de lazer. Disto resultou um conjunto de áreas inutilizáveis e abandonadas, sem destinação final para o lazer ou socialização da população.

Recentemente, o poder público municipal propôs ações para promover o desenvolvimento e preservação dos espaços públicos de lazer através de políticas de preservação e restauração patrimonial. A maioria dessas ações ainda está mais voltada para a área central da cidade, não apresentando distribuição de espaços públicos de lazer em toda a malha urbana de maneira acessível e equitativa para toda a população.

Figura 4 – Distribuição populacional por bairros em Videira



Fonte: Os autores sobre base AutoCAD e IBGE (2020).

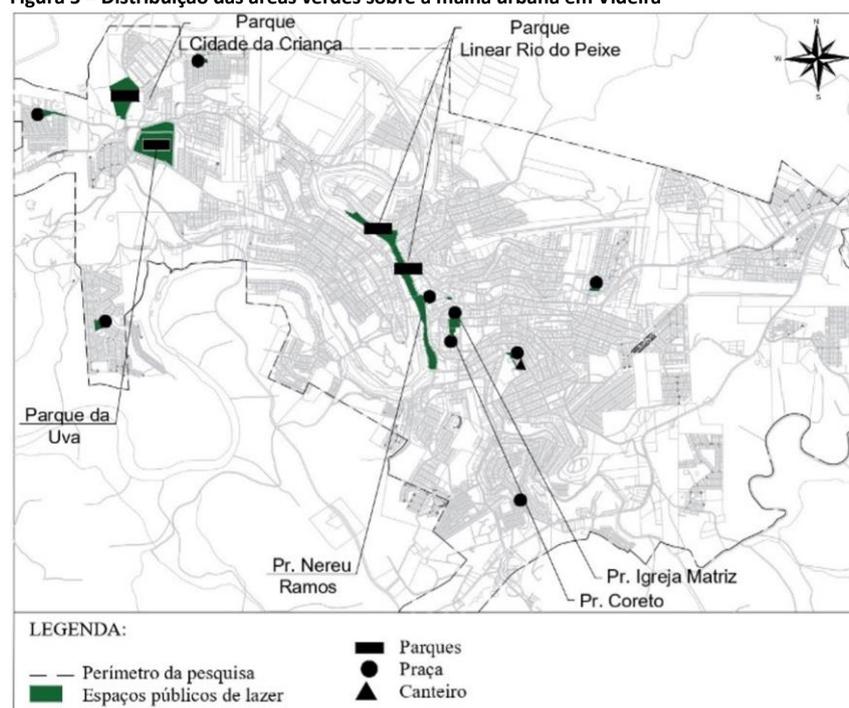
Se forem analisados os parâmetros de funcionalidade e potencialidade para a reunião de pessoas, atividades de socialização, lazer, presença de diversidade de elementos naturais – massa verde e água – o Parque Linear do Rio do Peixe, na área central, pode ser considerado o maior espaço público de lazer de Videira. A maioria das áreas de lazer periféricas não apresentam diversidade de usos e predomínio verdes e, as que apresentam, possuem limitações como: horários de visitação, carência de infraestrutura, manutenção e investimento do poder público. Alguns casos possuem apenas mobiliários urbanos inseridos em terrenos sem qualquer integração com o espaço urbano, prejudicando a qualidade do ambiente e estando vulneráveis aos agentes da transformação urbana.

Fica claro que Videira não possuiu, ao longo dos anos, um projeto urbanístico que direcione o desenvolvimento do centro da cidade e das áreas periféricas com maiores preocupações com os espaços públicos abertos. Os novos loteamentos controlados pelo mercado imobiliário¹, uma população sem voz ativa nos processos participativos e um poder público complacente que, até meados dos anos de 2010, ignorava a importância dos espaços de lazer, públicos e arborizados como locais de vida pública, contribuíram para a deficiência dos espaços de lazer em Videira.

Análise qualitativa dos espaços públicos de lazer

Através da análise dos projetos e levantamento *in loco* dos equipamentos existentes e das suas condições de conservação em cada área, foi realizado um estudo qualitativo dos locais públicos de lazer (Figura 5). Os projetos das praças centrais são mais elaborados arquitetonicamente e com diversidades de usos do que os das praças suburbanas. Apresentam maior variedade de equipamentos específicos como playground, quadra de esportes, anfiteatro para apresentações culturais, bancos para o lazer contemplativo, além de boa iluminação, locais agradáveis para permanecer e descansar, composições paisagísticas, traçado de caminhos com superfícies regulares e sem obstáculos, possibilitando a acessibilidade a todos (Figura 6 e Figura 7).

Figura 5 – Distribuição das áreas verdes sobre a malha urbana em Videira



Fonte: os autores e IBGE (2020).

Figura 6 -Parque Linear do Rio do Peixe



Fonte: Os autores.

Figura 7 – Praça do Lazer - Parque Linear do Rio do Peixe



Fonte: Os autores.

Já nos espaços mais periféricos em relação à zona central observou-se que as praças apresentam pequenas extensões territoriais e na maioria dos casos, os únicos equipamentos de lazer disponíveis são bancos e aparelho de ginástica, sem ter boa integração e conectividade com o bairro (Figura 8). O mobiliário disponível é igual em toda cidade, sem uma identidade própria. Estes mobiliários são em sua maioria de ferro, pintados em azul e amarelo, comprados em empresas de produção de grande escala e os quais podem ser vistos em diversas praças e parques em todo Estado. No urbanismo, vemos os espaços públicos não apenas como bens do Estado, mas como um bem da população local, um direito, um local de troca e convívio coletivo e muitas vezes os locais que determinam fortemente a conduta dos cidadãos.

Figura 8 – Bairro Santa Tereza, próximo à área central



Fonte: Os autores.

Os sítios apresentam pouca cobertura vegetal e arbórea o que dificulta a permanência de pessoas em dias ensolarados e diminui o uso de idosos nas academias e das crianças nos parquinhos. A forração do solo é predominantemente em blocos de concreto ou areia, sem áreas de gramado, o que dificulta a permeabilidade do solo e a diversidade da massa paginável do espaço. É importante destacar que, as boas e más percepções do espaço público têm a capacidade de alterar comportamentos e hábitos nas formas de habitar (FONTES et. al, 2020). Além disso, a presença do verde é comprovadamente

um fator importante para o conforto e sensações de bem-estar das pessoas nos espaços de lazer (CAMARA, 2018).

Nos parques e praças que estão em áreas mais periféricas, o abandono e falta de manutenção é facilmente percebido. Os mobiliários estão degradados (Figura 9) e as superfícies do solo são irregulares, dificultando os deslocamentos, principalmente, de deficientes físicos e idosos, colaborando para a desvalorização do espaço e do bairro. Isso impacta na imagem e organização da cidade e nas impressões de que ela nos provoca. Isso pode influenciar, inclusive, na relação afetiva dos habitantes com a cidade, e sua relação cognitiva com os espaços. Os parques que possuem maior extensão territorial possuem restrições de acesso pois são cercados ou murados em todo seu entorno, com portões de entrada que são fechados quando termina o horário de visitação. Os horários de utilização estão vinculados ao horário comercial, quando a maior parcela da população está trabalhando, tornando o seu uso possível para a maioria da população apenas nos finais de semana (Figura 10).

Figura 9 – Praça no Bairro Santa Gema – Infraestrutura e mobiliário em estado precário



Fonte: Os autores.

Figura 10 – Bairro Universitário e Bairro Santa Gema – Espaço público com restrições de horário



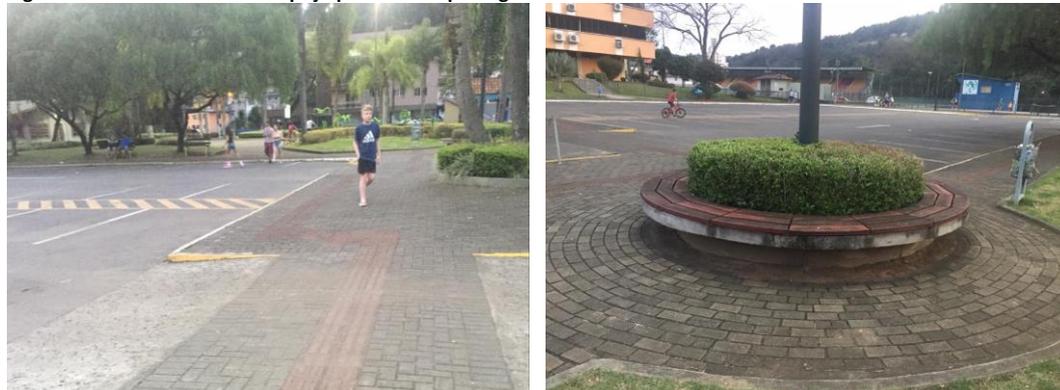
Fonte: Os autores.

Os largos não são uma característica da forma urbana muito visível no urbanismo brasileiro. Os largos, acontecem pontualmente em algumas regiões, sendo muito comuns em cidades do Rio Grande do Sul, como é o caso de Passo Fundo e Porto Alegre. Estes espaços são canteiros centrais, utilizados pela população para fins de lazer e recreação, pois possibilita integração com as vias de circulação de veículos, tornando os locais atrativos. Geralmente são canteiros centrais mais largos que os habituais, porém sempre possuem massa verde através dos canteiros ou das árvores de copa mais alta.

Tal postura de uso desses espaços jamais seria percebida em cidades europeias ou americanas, pois os largos são muito utilizados para o popular círculo do chimarrão. Em

Videira existe apenas um largo localizado na frente da Prefeitura Municipal (Figura 11), lugar de grande importância cívica na cidade, localizado na área central do município. Aos finais de semana, as pessoas utilizam este espaço para proteção do sol, trazem suas cadeiras e mateiras, tornando-se um espaço de convívio coletivo.

Figura 11 – Bairro Alvorada – Espaço público do tipo largo ou canteiro



Fonte: os autores.

Por fim, podemos perceber a característica principal da análise dos espaços públicos destinados ao lazer: a desigualdade na sua distribuição física das áreas de lazer existentes na cidade e em suas extensões territoriais. É relevante e importante observar que, embora tenhamos uma quantidade razoável de área verde por habitante, estas ficam distantes e pouco acessíveis da maior parcela da população. Não se pode comparar estes dados com a cidade de Curitiba, Paraná, onde o percentual de área verde por habitante é 10x maior (64,5%)² que o da cidade de Videira, fato que ordenou a Curitiba o título de cidade verde ou sustentável.

A distância existente entre os parques e praças torna o acesso da população que vive longe do centro dificultoso, necessitando de meios de locomoção motorizados para tanto. De modo geral, com base nos levantamentos realizados, nos mapeamentos produzidos, em dados fotográficos e uma síntese sobre todos os equipamentos urbanos, verifica-se que alguns bairros de Videira necessitam, com urgência, de um olhar mais atencioso sobre os espaços de lazer, com arborização e mobiliários condizentes com os seus habitantes.

Embora as praças e parques das áreas centrais sejam dotadas de melhor infraestrutura de mobiliário e equipamentos, embelezamento estético e diversificação de usos, os bairros suburbanos, em contrapartida, ainda carecem de desempenho quanto às funções de lazer e convívio social, pois faltam investimentos do Poder Público, melhoria na qualidade dos equipamentos existentes e em sua maioria o principal: os próprios parques e praças, levantando o alerta sobre que cidade queremos e precisamos para as nossas próximas gerações.

Conclusão

A dinâmica de desenvolvimento das cidades e sua capacidade de transformação e resiliência em meio à ausência de planejamento urbano pode ser percebida em todo mundo, de maneira cultural e com as particularidades morfológicas, sociais, econômicas de cada local. A forma de utilização do espaço também pode ser percebida através da identidade própria de cada sítio. No urbanismo, vemos os espaços públicos não apenas como bens do Estado, mas como um bem da população local, um direito, um local de troca e convívio coletivo e muitas vezes os locais que determinam fortemente a conduta dos cidadãos.

No estudo do urbanismo, a qualidade de vida urbana pode ser percebida em níveis qualitativos e quantitativos. Neste âmbito metodológico, precisamos compreender de que maneira estes espaços são igualmente distribuídos na malha urbana e atendem de maneira justa e democrática toda a população. Percebemos através das análises realizadas que os espaços são distribuídos de maneira desigual e necessitam de uma atenção mais holística no processo de planejamento urbano, visando cidades que prevejam a distribuição formal dos seus bens e serviços de forma mais democrática, com as mesmas oportunidades e acessos a todos os habitantes, principalmente no que se refere aos equipamentos urbanos básicos e aos equipamentos urbanos voltados ao lazer e ao convívio social.

Os espaços públicos abertos, com predominância do verde e destinados ao lazer trazem inúmeros benefícios para a melhoria da habitabilidade, além de permitir práticas sociais, atividades de lazer e recreação, manifestações da vida comunitária, favorecendo o convívio humano. Além disso, a presença de áreas com predomínio natural (água e massa verde) favorece psicologicamente o bem-estar do indivíduo, influencia no microclima urbano, amenizando os efeitos e impactos dos gases de efeito estufa, no aumento da umidade relativa do ar e na absorção de poluentes. Estes espaços devem ser pensados e projetados com quantidade adequada (PUPPI, 1981), combinados com a ordenação de um sistema, de modo que a população possa desfrutá-los de maneira equitativa (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007) e com mais ou menos a mesma facilidade de locomoção e acesso.

Precisamos evitar, nos processos de planejamento urbano, que os locais públicos de uso comunitário sejam apenas espaços para circulação de pedestres ou veículos (ROLNIK, 1998), pois é justamente a parcela mais pobre da população que necessita locais de qualidade para o lazer e vida social, cujas possibilidades não permitem o acesso a espaços e equipamentos de uso comunitário privados.

Em relação à quantidade, diversidade e distribuição dos espaços públicos de lazer, percebemos que, como na maioria das cidades sulistas, há uma distribuição física irregular e oferta insuficiente de praças e parques na maioria dos bairros. Para uma população de aproximadamente 53.610 habitantes, o município oferece 13 espaços públicos de lazer, o que significa que para cada 4.123 habitantes existe um. Este percentual é baixíssimo, visto que as praças possuem geralmente 100x100 metros, sendo pequenas e insuficientes para eventos de convívio da população. Além do pouco número de espaços de lazer, estão distantes entre si e mal distribuídos fisicamente na cidade.

Os espaços disponíveis para uso público convergem no centro da cidade e definem um padrão de distribuição desigual. Embora exista uma grande concentração de áreas verdes e espaços públicos neste setor, a região oeste apresenta o maior índice de áreas verdes. Este fato ocorre devido à densidade populacional e a maior expressividade da vegetação existente. Porém as praças centrais são mais bem equipadas para o uso e estão em melhores estado de conservação.

A distância existente entre os parques e praças torna dificultoso o acesso da população que vive longe do centro, necessitando de meios de locomoção motorizados para tanto. De modo geral, com base nos levantamentos realizados, nos mapeamentos produzidos, em dados fotográficos e um apanhado sobre todos os equipamentos urbanos, verificase que alguns bairros de Videira necessitam, com urgência, de um olhar mais atencioso sobre os espaços de lazer, com arborização e mobiliários condizentes com os seus habitantes.

Notas

- (1) Essa afirmação se dá pela experiência profissional dos autores, os quais atuam na construção civil, convivendo com a realidade local. Os loteamentos necessitam um percentual de área pública, a qual fica de domínio da prefeitura. Durante muitos anos, essas áreas destinadas à função pública ficavam em áreas alagadiças, áreas com inclinação do solo maior que 30%, com a presença de córregos, nascentes de água e similares. Ou seja, tornaram-se muitas áreas inaptas à construção de quaisquer projetos de equipamentos urbanos.
- (2) Dado disponível em: <https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/curitiba-possui-64-5-m-de-area-verde-por-habitante/>, através de levantamento realizado no ano de 2014. Acesso em: outubro de 2020.

Referências

- ABATI, I. C. **Videira. Italianos, terra e uva**. Joaçaba: UNOESC, 2001. p. 73
- ALCOFORADO, M. J. et al. **Orientações climáticas para o ordenamento em Lisboa**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2005. 83 p.
- CAMARA, I. P. **Análise da qualidade da paisagem urbana e percepção dos usuários do Parque da Gare – Passo Fundo/RS**. 159 p., 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Meridional, Passo Fundo, 2018
- CAMARA, I. P.; MOSCARELLI, F. Análise da paisagem e percepção pelos usuários do Parque da Gare, RS. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, v. 16. p. 29-52, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17127/got/2019.16.002>
- CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. de B. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura do Recife/UFPE, 2000.
- CLIMATE-DATE.ORG. **Videira Clima (Brasil)**, 2020. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/americas-do-sul/brasil/santa-catarina/videira-43646/>. Acesso em: 28 out. 2020.
- CORONA, E.; LEMOS, C. A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Companhia das Artes, 1998.
- CORRÊA, L. M. **A atuação do holding Brazil Railway Company no Brasil (1904-1920)**. Assis: UNESP, 2019.
- COSTA, A. J. D. A perdigão, a passagem do poder e a profissionalização nas empresas familiares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 6.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, CONVESRATÓRIA, 7., Rio de Janeiro. Anais on-line [...]. Rio de Janeiro: ABPHE, 2005. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/armando-joao-dalla-costa.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.
- DREW, P. **La realidad del espacio: la arquitectura de Martorell, Bohigas, Mackay, Puigdomèneh**. Barcelona: GG, 1993.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- FONTES, Adriana Sansão; ESPÓSITO, Fernando; MARY, Fernanda Schwarc; ALVES, Lara Liberatto Nunes. Praças temporárias para ativação de vazios. O caso das Plazas Públicas de Bolsillo de Santiago. **Arquitextos**, São Paulo, ano 21, n. 245.04, Vitruvius, out. 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.245/7921>.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Videira**. Rio de Janeiro, IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/videira/panorama>. Acesso em: 28 out. 2020.
- IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHNAGE. **Climate change and land**. [S.l.], 2019.
- KLIASS, R. G. **Os parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: PINI, 1993.
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. [S.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. de C. T. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Formação (online)**, v. 1, n. 13, p. 139-165, 2006. DOI: <https://doi.org/10.33081/formacao.v1i13.835>

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.

MOSCARELLI, F.; CAROSO, G. T. Urban Rules and Morphology Analysis as Support to Solar Performance. **IOP Conf. Ser.: Earth Environ. Sci.** v. 503, 012034, 2020. DOI:

OLIVEIRA, L. A.; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, v. 7, n. 2, p. 56-69, 2007. Disponível em; <https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/3737>. Acesso em: 28 out. 2020.

PUPPI, I. C. **Estruturação sanitária das cidades**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1981.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 2003.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ROMERO, M. A. B. **Arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: UnB, 2001.

VIDEIRA (Município). **Portal de Turismo de Videira**, 2020. Disponível em: <https://turismo.videira.sc.gov.br/sobre-a-cidade>. Acesso em: 28 out. 2020.

ZAGO, D. **A campanha de nacionalização em Videira**: um tempo para ser esquecido. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/62>. Acesso em: 28 out. 2020.

¹ Inara Pagnussat Camara

Arquiteta e Urbanista. Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Oeste de Santa Catarina e Doutoranda em Urbanismo Universidade de Lisboa. Endereço postal: Rua Paese, 198, Videira, SC - Brasil. 89566-252.

² Rafaela Hubler Secco

Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade do Oeste de Santa Catarina. Endereço postal: Rua Paese, 198, Videira, SC - Brasil. 89566-252

³ Gustavo Fernandes

Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade do Oeste de Santa Catarina. Endereço postal: Rua Paese, 198, Videira, SC - Brasil. 89566-252

⁴ Juliana Aparecida Biasi

Arquitetura e Urbanismo. Mestre em Engenharia Civil. Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Oeste de Santa Catarina. Endereço postal: Rua Paese, 198, Videira, SC - Brasil. 89566-252.